

A EXPEDIÇÃO DE PEDRO TEIXEIRA E A “DESCOBERTA” DO RIO BRANCO

THE EXPEDITION OF PEDRO TEIXEIRA AND THE “DISCOVERY” OF RIO BRANCO

Maria Luiza Fernandes
Gregório Ferreira Gomes Filho
Universidade Federal de Roraima

Correspondência:

Programa de Pós-Graduação Sociedade e Fronteiras
Campus Paricarana: Av. Cap. Ene Garcez, nº 2413. Bloco CCH – Sala 41
Boa vista – Roraima – CEP: 69304-000
E-mail: marialuizaf@uol.com.br

Resumo

A região do vale do rio Branco, atual estado de Roraima, aparece nos documentos e textos de cronistas e viajantes, com mais propriedade, a partir do século XVIII. No entanto, a historiografia corrente aponta como marco do seu “descobrimento” a expedição comandada por Pedro Teixeira (1637 a 1639). Dessa expedição resultaram quatro relatos. O objetivo do presente texto é verificar, a partir desses relatos, as passagens que poderiam indicar a região e as inferências que foram feitas posteriormente no sentido de identificar sua “origem”.

Palavras-chave: Viajantes; relatos; Roraima.

Abstract

The region of Rio Branco's valley, state of Roraima, has appeared in documents and texts of chroniclers and travelers since the eighteenth century to be more precise. However, the usual historiography shows, as the landmark discovery, the expedition led by Pedro Teixeira (1637 1639). Four reports resulted from this expedition. The aim of the present paper is to verify, from these reports, the passages that could indicate the region and the inferences that were made later, in order to identify its “origin”.

Keywords: Travelers, reports, Roraima.

A região do rio Branco, atual estado de Roraima, aparece em vários textos tendo seu marco de origem na expedição comandada por Pedro Teixeira, que saiu do Pará no ano de 1637 regressando àquele local em 1639. Este último ano figura em grande parte dos escritos sobre a região do rio Branco como a data do seu “descobrimento” pelos portugueses e sua consequente inserção no império colonial português. Seria, então, o “início” da sua história, nos marcos europeus.

A questão das origens, ou como quer Marc Bloch, a “*obsessão das origens*” é um dos “*ídolos*” dos historiadores, o que, no presente caso dos usos da expedição de Pedro Teixeira, torna-se bem marcante. Bloch, ao tratar dessa questão, chama a atenção para dois pontos: o primeiro diz respeito a origem como “*um começo que explica*” e, conseqüentemente, a necessidade em se estabelecer esses marcos iniciais. Creemos estar aí uma primeira importância da expedição de Pedro Teixeira para a historiografia roraimense: estabelecer o “marco inicial” para a região do rio Branco, ou seja, a sua “descoberta” pelos conquistadores portugueses. Porém, prossegue Bloch: “*as origens são um começo que explica. Pior ainda, que basta para explicar*”¹. Nesse aspecto, o de bastar para explicar, é que enseja uma reflexão: O que a expedição de Pedro Teixeira explica sobre a região do rio Branco?

Nesse sentido, torna-se importante o segundo ponto destacado por Bloch acerca dessa questão: “*o passado apenas foi tão activamente empregado para explicar o presente no propósito de o justificar ou de o condenar*”². Para as discussões que pretendemos estabelecer nesse texto, essa aceção será relevante para compreendermos a importância que a expedição teve para justificar o pertencimento dessa região a Portugal e, posteriormente, ao Brasil.

Assim, esse artigo visa apresentar esse “marco de origem” estabelecido na historiografia³. Partiremos da análise dos textos produzidos pela expedição na tentativa de identificar as passagens que poderiam estar relacionadas a região do rio Branco, visto que não há, nesses escritos do século XVII, nenhuma referência a esse rio com o nome que hoje é conhecido, Branco. Posteriormente, trataremos das repercussões que foram dadas a estes textos por autores que escreveram no século seguinte a realização da expedição de Pedro Teixeira, sobretudo nas narrativas apresentadas no século XVIII dentro do contexto das demarcações de limites.

Deriva da produção de cronistas e viajantes os relatos pioneiros que apresentaram a região do rio Branco ao restante do país e a outras nações. Em conjunto, esses textos carregaram as tintas nas referências ao que então se acreditava relevantes e, por isso, deram ênfase aos aspectos geográficos, a descrição da natureza, dos povos e, em muitos casos, “*no que encontravam de notável ou de exótico*”, conforme

¹ BLOCH, Marc. *Introdução à História*. Lisboa: Publicações Europa-América, 1997, p. 91.

² *Ibidem* p. 92.

³ As referências a expedição de Pedro Teixeira como “descobridora” do rio Branco reproduzida na historiografia atual não serão trabalhadas nesse artigo, pois teríamos que despende muito mais espaço. No entanto, é bastante recorrente nos vários estudos que consultamos.

salientou Mindlin⁴. As narrativas produzidas por esses viajantes foram apresentadas a partir dos interesses que motivaram cada uma das viagens, das expectativas para com os lugares e para com as pessoas, da finalidade de cada texto e das habilidades daqueles que os compuseram. No entanto, fazem parte de um mesmo *corpus*, ou seja, de uma mesma construção discursiva sobre a Amazônia: “*no era un discurso inocente, venía cargado de un punto de vista, de una historia y de las necesidades de ésta*”⁵.

Tratar desses relatos é levar em consideração uma série de fatores que não poderão ser negligenciados na medida em que se pretende um maior entendimento acerca das expedições, motivações, interesses e repercussões.

As primeiras expedições para a Amazônia tinham o intuito de reconhecer e demarcar as possessões para as Coroas Ibéricas. Tal foi o caso da expedição de Orellana, uma das primeiras a se propor esse intento. Saindo de Quito em 1541, empreendeu a travessia do rio Amazonas que se transformaria na principal via de comunicação dessa região. A descrição dessa viagem, que não abordaremos aqui, foi realizada pelo frade dominicano Gaspar de Carvajal⁶. Após essa viagem, novas tentativas foram efetuadas, embora sem as dimensões e a extensão da primeira.

No início do século seguinte, na continuidade dos interesses da monarquia espanhola e portuguesa, que naquele momento compunham a União Ibérica, a região amazônica foi palco de novas viagens de exploração. Os interesses eram os mais diversos, desde a procura pelas riquezas minerais, grande incentivadora de expedições à região, a busca pelas chamadas “drogas do sertão”, o aprisionamento de indígenas e, de extrema importância, a demarcação e tomada de posse da região.

Nesse sentido, a expedição que interessa mais diretamente aos objetivos desse texto foi a empreendida por Pedro Teixeira que, entre 1637 e 1639, fez o trajeto entre Pará e Quito, regressando pelo mesmo caminho. O foco da expedição seria o de “*estender os domínios de Portugal até as terras de Perúvia e fundar aquém dos Omáguas, em terrenos situados entre o Napo e o Juruá, uma povoação que marcasse o limite, no Amazonas, das terras da Coroa Portuguesa*”⁷.

Essa expedição será considerada, mais tarde, como a que “descobriu” o rio Branco e a região hoje conhecida como Roraima. Apesar dos textos produzidos pela expedição não fazerem menção ao rio Branco, ao menos não com esse nome, os autores que escreveram nos séculos seguintes os utilizaram como prova da presença portuguesa na região desde, então, o ano de 1639. Em face disso, pretendemos aqui dois objetivos. O primeiro, apresentar os relatos da expedição de Pedro Teixeira

⁴ MINDLIN, José. Viajantes no Brasil: viagens em torno de meus livros. *Estudos Históricos*, Rio de Janeiro, vol. 4, n. 7, 1991, p. 35.

⁵ PIZARRO, Ana. Imaginario discursivo: la Amazonia. *Revista de Crítica Literaria Latinoamericana*. Ano XXXI, nº 61, Lima; Hanover, 2005, p. 62.

⁶ CARVAJAL, Gaspar de. Descobrimento do Rio de Orellana. In: C. MELO-LEITÃO. *Descobrimientos do Rio das Amazonas*. Rio de Janeiro, Companhia Editora Nacional, 1941.

⁷ FERREIRA, A. C. *Brasil 500 anos: a expedição de Pedro Teixeira, a sua importância para Portugal e o futuro da Amazônia*. Belém, UNAMA, 2000, p. 39.

tentando identificar os elementos que a levaram a figurar nos textos seguintes como a “descobridora” do rio Branco; o segundo, analisar como os autores que lhe sucederam se valeram desses relatos com o intuito de assegurar a posse dessa região à Coroa Portuguesa e, posteriormente, ao Brasil.

Pedro Teixeira, português, veio para o Brasil em 1607; atuou na defesa do país contra outros conquistadores europeus que, assim como os portugueses, buscavam se apoderar da foz do rio Amazonas. Em 1616 Pedro Teixeira participou da expedição comandada por Francisco Caldeira Castelo Branco que fundou o Forte que daria origem à Santa Maria de Belém do Grão-Pará. Era então alferes e viajou por terra a São Luís para dar notícia do sucesso da conquista⁸.

Lutaria ainda contra o estabelecimento de fortes holandeses no Xingu em 1625, e contra os ingleses no forte de Taurege⁹. Pedro Teixeira terminaria seus dias em 1641 como capitão-mor da capitania do Grão-Pará.

Em 1637 foi designado pelo então Governador do Maranhão e Grão-Pará a realizar uma viagem de Belém a Quito, refazendo o caminho de Orellana com o intuito de confirmar a ligação que se dizia ser possível fazer do Grão-Pará a Quito, tal como atestavam dois religiosos franciscanos recém-chegados à região. A chegada desses religiosos, conhecida como “Viagem dos Leigos”, segundo Melo-Leitão¹⁰, causou uma inquietação e disposição das autoridades em verificar as ligações fluviais que poderiam existir, bem como alargar os domínios portugueses na região.

O Regimento do governador do Maranhão, Jácome Raimundo de Noronha, para Pedro Teixeira, trata a jornada como “[...] *descobrimntto do grande Rio das amazonas fazendo sua viage athe o portho mais chegado a cidade de quitto*”¹¹. Segundo Jaime Cortesão foi uma das grandes empreitadas de Portugal e de grande alcance político, uma vez que “*representou o primeiro passo, ainda que teórico, para a dilatação da soberania portuguesa no imenso vale do Amazonas*”¹².

Para levar a cabo essa empresa foi preparada uma estrutura considerável, composta de várias embarcações de diferentes portes, soldados, índios acompanhados de mulheres e crianças, num total de aproximadamente duas mil pessoas (Rojas fala em duas mil e quinhentas pessoas, Acuña trata de “*mais de duas mil pessoas*”).

O Regimento do governador do Maranhão determinava que Teixeira juntasse

[...] toda gente branca de gerra que ha de levar consigo que serão

⁸ SANTOS, Francisco Jorge dos. *Além da Conquista: guerras e rebeliões indígenas na Amazônia pombalina*. 2. ed. Manaus, Editora da Universidade do Amazonas, 2002, p. 21.

⁹ NABUCO, Joaquim. *Fronteiras do Brazil e da Guyana Inglesa*. O direito do Brazil. Primeira memória. Paris, A. Lahure, Editor, 1903, p. 41.

¹⁰ MELO-LEITÃO, C. op. cit., p. 99.

¹¹ ARQUIVO HISTÓRICO ULTRAMARINO. Documentos do Maranhão. Cx. 1, doc. 110, Maranhão, 1636.

¹² CORTESÃO J. *Influência dos descobrimentos portugueses na história da civilização*. Lisboa: Imprensa Nacional; Casa da Moeda, 1993, p. 96.

sesenta homens e os Reparttira em duas companhias que darà aos dous capittais que por minhas provizois vão nomeados e tomara todas as canoas que lhe forem nesarias assim aos imdios quanto aos branquos [...]”¹³.

Desse modo, a partir das determinações de Jácome Raimundo de Noronha a Pedro Teixeira e das informações dos cronistas da expedição, somos levados a crer que a grande maioria dos componentes da expedição era de indígenas, entre flecheiros, remadores, pescadores, tradutores e designados para outras atividades.

A expedição produziu quatro relatos¹⁴. O primeiro, “*Relação do General Pedro Teixeira do Rio Amazonas para o Presidente do Peru*”, é de autoria do próprio Pedro Teixeira, que o fez para entregar as autoridades de Quito no começo do ano de 1639. O segundo, “*Relação do descobrimento do Rio das Amazonas, hoje S. Francisco de Quito e declaração do mapa onde está pintado*”, do padre jesuíta Alonso de Rojas que, segundo Ugarte¹⁵, escreveu em Quito, a partir das informações que recebeu de participantes da expedição, especialmente do piloto-mor Bento da Costa. O terceiro e mais completo, “*Novo descobrimento do grande rio das Amazonas*”, do padre jesuíta Christóvão d’Acuña, designado para acompanhar Pedro Teixeira na viagem de volta, de Quito a Belém, empreendida no ano de 1639. Por fim, o relato de Mauricio de Heriarte, “*Descriçam do Estado do Maranhã, Para, Corupa, Rio das Amazonas*”, escrito bem depois do fim da expedição, em 1662.

Esses quatro relatos possuem informações complementares, mas diferem na forma, em decorrência provavelmente da função de cada um deles. Pedro Teixeira escreve para as autoridades do Vice Reinado do Peru. Acunã participa da expedição justamente para fazer um relato da mesma e, com todas as incumbências que recebeu, não seria estranho ser este o mais completo.

Sobre os cronistas, Alonso de Rojas e Maurício de Heriarte são os que dispomos de menos informações. Para Ugarte, Rojas foi um “*testigo de oídas*” uma vez que não participou da expedição e teve as informações sobre a mesma “*coletadas de participantes da dita expedição, cuja condição de testigos de vista era a garantia de credibilidade do relato*”¹⁶.

A própria autoria de seu relato foi motivo de controvérsia, sendo atribuído,

¹³ AHU, Cx 1, doc. 110.

¹⁴ Jaime Cortesão em *a Influência dos Descobrimentos Portugueses na História da Civilização*, cita o frei Laureano da Cruz como “autor de uma relação desta viagem, em que participou” (p. 95). Maria Cristina Bohn Martins em artigo publicado na Revista de História, nº 156, de 2007, intitulado *Descobrir e redescobrir o grande rio das Amazonas*, apresenta frei Laureano de la Cruz como o “responsável pela expedição da qual resultou a posterior aventura dos leigos franciscanos que chegaram, pelo rio, até Belém, escreveu sobre ela um relato” (p. 37). Cf. CRUZ, Laureano de la. *Nuevo descubrimiento del rio de Marañon llamado de las Amazonas*. Madrid: Biblioteca de la Irradiación, 1990.

¹⁵ UGARTE, Auxiliomar S. Sertões de bárbaros: o mundo natural e as sociedades indígenas da Amazônia na visão dos cronistas ibéricos – séculos XVI-XVII. Manaus, Valer, 2009.

¹⁶ Ibidem, p. 110.

num primeiro momento a D. Martín de Saavedra e, posteriormente, a Rojas. Com relação à data em que o texto foi escrito também não se sabe ao certo, sendo que a carta de Saavedra mencionando o texto é de junho de 1639, ou seja, o texto deve ter sido escrito entre o final da viagem, em 1638 e a carta de Saavedra. Ainda sobre Rojas, somente foi possível saber que residia em Quito, pertencia a Companhia de Jesus e foi reitor em um colégio naquela cidade¹⁷.

O último a escrever sobre a expedição foi Maurício de Heriarte que, embora tenha integrado a expedição, não dispomos de maiores informações sobre seu papel naquele momento. Algum tempo depois, é sabido que Heriarte desempenhou as funções de ouvidor-geral, provedor-mor e auditor do Maranhão¹⁸.

Quanto a Christóvão d'Acuña as referências são mais claras, uma vez que há documentação atestando a sua designação em participar da viagem bem como não há contestação sobre a autoria de seu texto. Religioso da Companhia de Jesus, Acuña foi censor da Inquisição e reitor de colégio em Quito. Foi designado a participar da expedição com o intuito de “*descrever com a maior clareza, que vos for possível, a distância em léguas, as províncias, as povoações de índios, os rios e as paragens particulares, que há desde o primeiro embarque até a dita cidade, e porto do Pará*”¹⁹. Assim, não se torna extraordinário que, dos relatos, o de Acuña é o maior e mais rico em detalhes.

A presença de Acuña na expedição estava relacionada à necessidade da coroa espanhola em garantir alguém de confiança para seguir com os portugueses pois, ainda que ambas as nações compusessem a União Ibérica, a realidade já apontava para sua extinção, que iria acontecer de fato no ano seguinte à volta da expedição. Nada mais prudente do que se cercar de todas as garantias para domínios dos espaços conquistados. Daí a importância de ser enviado alguém que pudesse elaborar um relato minucioso, “*com todos os pormenores e o imprescindível zelo, conforme a reputação da Companhia de Jesus*”, segundo informa Linhares, que continua:

Não seria, pois, um relatório de viagem qualquer, feito com imaginação e entusiasmo por algum aventureiro em busca de fortuna, mas, sim, um documento bem fundamentado que pudesse vir a influenciar, ou mesmo determinar, a formulação de estratégias políticas com relação ao controle militar do imenso e, provavelmente, disputado vale amazônico²⁰.

A viagem empreendida por Pedro Teixeira não foi considerada um feito de grande importância por todos, sendo encarada por alguns como uma ameaça futura.

¹⁷ MELO-LEITÃO, C. op. cit., p. 10.

¹⁸ Cf. UGARTE, A. S. op. cit. e PAPAVERO, N. et all. O Novo Éden. 2 ed. Belém, Museu Paraense Emílio Goeldi, 2002.

¹⁹ ACUÑA, C. Novo descobrimento do grande rio das Amazonas. *Revista Trimestral do Instituto Histórico e Geográfico do Brasil*. Tomo XXVIII, Rio de Janeiro, 1865, p. 169.

²⁰ LINHARES. Maria Yeda L. Prefácio. ACUÑA, C. *Novo descobrimento do grande rio das Amazonas*. Rio de Janeiro, 1994, p. 6.

E, embora haja relatos de sua “*entrada triunfal*” à cidade, com missa e festejos, Melo-Leitão atesta que

a chegada da armada portuguesa a Quito deixava perplexa a Audiência, não tanto por medo de que os baixéis de Holanda e Inglaterra subissem até lá, mas porque já temiam a rebelião portuguesa (pouco depois uma realidade) e que novamente divididas as terras dessa Nova Andaluzia entre as duas coroas, tivessem os súditos lusitanos fácil acesso ao vice-reino do Peru²¹.

Ferreira corrobora esta informação ao compilar um documento intitulado “*Consulta de el Consejo de Indias a zerca de la entrada que hizo el Capitan Pedro Tejeira, por el rio de Amazonas, al Peru*” onde fica claro as desconfianças e preocupações sobre tal feito:

Juzga por mui digno y de gran demonstrazion el suzeso de este Gov.^or en haver emprendido y ejecutado esta jornada y descubrimiento sin consulta y Liz^a particular de V. M. y de este Consejo pues por ella segun parece, y antes se temia entendido, y el suzeso lo ha mostrado se abre puerta franca para subir asi los Portugueses como los enemigos de esta corona, quando y como quisiesen a las Prov.^{as} del Peru²².

Segue o documento com uma recomendação de repreensão e castigo ao governador que, sem autorização do Rei, empreendeu tal façanha.

Uma vez identificada a viagem, seus objetivos e relatos, trataremos mais detidamente, nesse passo, como cada um desses relatos fez menção ao que seria o rio Branco e a região hoje compreendida por Roraima, ou a leitura que foi feita sobre essas partes para, na sequência, verificarmos os usos dessas informações.

Primeiramente fica claro que nenhum dos textos menciona o rio Branco com esse nome, nem com o nome que mais tarde aparecerá nos relatos de viagens, Queceuene (ou em outras grafias, Quecevene, Quequene), nome atribuído ao rio Branco pelos indígenas da região. Da mesma maneira, é importante enfatizar que os relatos não deixam claro se a expedição adentrou ao rio Branco, ou mesmo se esteve na sua foz ou adjacências. No entanto, é necessário esclarecer que o objetivo do presente texto não é o de confirmar se houve ou não tal feito, mas tão somente de verificar as passagens que poderiam ser relacionadas a esse evento nos relatos da expedição, bem como verificar os usos atribuídos ao mesmo.

Assim, embasados nos quatro relatos que dispomos, passaremos a identificar nesses textos as partes que se relacionam geograficamente a região ora investigada. Como os relatos fazem menção ao rio Negro, já com esse nome, será a partir desse

²¹ MELO-LEITÃO, C. op. cit., nota 47, pp. 159-160.

²² FERREIRA, A. C. op. cit., p. 82.

marco que vamos tentar perceber as correlações apresentadas pelos autores, ou tão somente acreditadas, por parte dos que fizeram uso desses textos posteriormente. Partimos do rio Negro tendo em vista que o acesso dessa expedição ao rio Branco passaria, obrigatoriamente, por essa via.

Na breve Relação escrita por Pedro Teixeira, há uma passagem que trata da navegação no rio Negro. No texto de Teixeira, no parágrafo anterior ao que citaremos, o autor fará referência ao rio Madeira, para depois acrescentar:

Haverá daqui ao Rio Negro cerca de sessenta léguas. Terá a foz do mesmo pouco mais de meia légua, mas para o interior vai-se alargando de duas a três léguas; ao andar por ele, durante duas jornadas, observa-se a grandeza deste rio, que é tão fundo que sem ver, verão quando nele entrei não lhe vi baixos nem elevações; a água é muito má para se beber por ser muito grossa, mas entram nele muitos rios de água muito clara e boa para se beber; não corre nada no rio, e está enegrecido, parecendo fino azeviche. Mas a partir daí é claro como os demais, tem estreitos onde se podem fazer as defesas que se queiram com muita pedra para as fortalezas e casarias, e formosas praias para as fazendas; pelo que vi as terras prometem muita fertilidade nas aldeias dos índios com quem comuniquei, tanto que não me atrevo a enumerá-los...²³.

São essas as referências ao rio Negro. Estando ou não navegando por esse rio, o certo é que na Relação de Pedro Teixeira pouco subsídio se encontra para dizer que tal expedição esteve ao menos na foz do rio Branco. A única referência mais aproximada é quando faz menção que alguém²⁴, provavelmente o piloto-mor da expedição, andou pelo rio Negro “durante duas jornadas”, ou seja, esteve explorando o referido rio por dois dias. No entanto, cremos que esse espaço de tempo não seria suficiente para se chegar a foz do Branco²⁵.

Muito provavelmente Pedro Teixeira seguia as orientações do governador do Maranhão, que determinava no regimento: “[...] *não se entremeterão por nenhuma via em dar guerra nẽ descobrir novos genttios nẽ novos Rios [...]*”, devendo se seguir diretamente a cidade de Quito. A conquista deveria ser realizada na viagem de volta, a partir da construção de uma fortificação e povoações portuguesas²⁶. Essas ordens podem ter sofrido embaraço devido à presença de Acuña na expedição de retorno.

No relato de Rojas a primeira menção ao rio Negro atesta que

²³ TEIXEIRA, Pedro. Relação do General Pedro Teixeira do Rio Amazonas para o Presidente do Peru. In: FERREIRA, A. C. op. cit., p. 52.

²⁴ Na versão transcrita por Papavero tem-se outra redação: “no que andei por ele [rio Negro], que foram duas jornadas...”. Cf. PAPAVERO, N. op. cit., p. 153.

²⁵ Maiores referências sobre o percurso entre a foz do rio Negro e a foz do Branco poderão ser obtidas no seguinte texto: Dos rios que desaguão no rio Negro. RIHGB, T. 67, V. 109, pp. 314-322, 1904.

²⁶ AHU, op. cit., cx. 1.

nasce este rio em umas serras vizinhas do Novo Reino de Granada e que em sua origem se divide em dois braços: um deles, com o nome de rio Negro, deságua depois de longo curso, no das Amazonas; o outro vem a desaguar no mar do Norte, à vista da ilha de Trindade, e pensam que este rio seja o famoso Orinoco... Os demais rios que, perdendo os seus nomes, morrem no das Amazonas, são comuns e quase iguais²⁷.

É importante ressaltar que essas informações prestadas por Rojas são por ele atribuídas ao piloto-mor da expedição, Bento da Costa, que navegou “*dois ou três dias por este rio Negro*”. Mais adiante Rojas mencionará ser Bento da Costa “*homem prático nestes descobrimentos, que navegou o rio e todos os que nele entram até chegar a Quito, marcando a terra e anotando as suas propriedades... Não só o rio das Amazonas está tão povoado de gente, mas também os rios que nele deságuam, pelos quais navegou o dito piloto três e quatro dias, e disse que cada rio é um reino muito povoado*”²⁸.

A partir dessas colocações a leitura que pode ser feita é que a expedição não percorreu, no seu conjunto, situação plausível dada o tamanho da mesma, todos os caminhos apresentados, o que de resto era quase impossível. Assim, Bento da Costa poderia ter saído em embarcações mais leves e rápidas para dar conta de outros lugares, como é atestado nos relatos, inclusive como estratégia de Pedro Teixeira. Além das informações possivelmente obtidas nos contatos com indígenas pelos caminhos percorridos.

Cortesão também enfatiza a participação de Bento da Costa na expedição, apresentando a mesma informação de ter o piloto estudado durante dois ou três dias o Rio Negro, momento em que interrogou os indígenas e “*foi o primeiro a conhecer e a publicar a comunicação entre os sistemas fluviais do Orinoco e do Amazonas*”²⁹.

Por ora, ao que nos interessa é que no relato de Rojas as passagens que poderiam se referir a região estudada são essas, o que não deixa nada evidente sobre a presença portuguesa na região, com exceção da menção ao piloto-mor e suas incursões.

Seguimos, então, para o próximo relato, o mais completo e também o mais utilizado pelos autores que escreveram na sequência da viagem de Pedro Teixeira. Acuña apresenta uma bela descrição do que hoje se chama “*encontro das águas*”, momento em que os rios Solimões e Negro se encontram para formar o Amazonas:

e ainda que o Amazonas com todo o seu cabedal lhe lança os braços não se querendo sujeitar ombro por ombro, sem o mínimo respeito, senhoreado de metade de todo o rio, o acompanha por mais de 12

²⁷ ROJAS, A. Relação do descobrimento do Rio das Amazonas hoje S. Francisco de Quito e declaração do mapa onde está pintado. In: C. MELO-LEITÃO, op. cit., p. 96.

²⁸ ROJAS, A. op. cit., p. 108.

²⁹ CORTESÃO J. Influência dos descobrimentos portugueses na história da civilização, op. cit. 1993, p. 96.

léguas, distinguindo-se claramente umas águas das outras, até que não sofrendo o das Amazonas tanto orgulho, revolvendo-se nas suas turvas ondas, o faz entrar no caminho, e reconhece por senhor aquele que o pretendia avassalar. Chamam os portugueses e com muita razão a este grande rio Negro³⁰.

Segue o autor, nesse mesmo capítulo, de número LXV, descrevendo o rio Negro, os povos indígenas que o habitavam e o que demais a expedição pode encontrar:

São grandes províncias as que estão nas próprias águas do rio Negro...; e as que primeiro povoam um braço, que este rio arroja, por onde, segundo informações, se vai sair ao Rio Grande, em cuja boca no mar do norte estão os holandeses, são os guaranaquazanas... Tem muitas e boas campinas cobertas de pastos próprios para neles pastarem inumeráveis gados³¹.

Embora seja o texto que apresenta mais informações sobre a região do rio Negro, de igual modo não é possível, por essas descrições apresentadas por Acuña, afirmar que a expedição esteve no rio Branco. Ao tratar de um braço de rio, que adentra o Negro, e que faz ligação aos holandeses, se presta a interpretações relacionadas ao Branco, uma vez que seria a partir deste que se poderia ligar com os rios que navegavam os holandeses. Segundo Ribeiro Sampaio³², o Rio Grande, mencionado por Acunha, seria o Essequibo. A menção as campinas próprias ao gado também será uma referência constante à região do Branco nos textos do século XVIII.

O último texto da expedição de Pedro Teixeira foi escrito por Maurício de Heriarte. No que concerne ao rio Negro, afirma o autor:

O Rio Negro he hú caudalozo rio, e quasi tam grande como o das Amazonas, chamam lhe negro, suposto que suas agoas sam claríssimas (...) He este rio povoado de innumeravel gentio (...) Povoandose este rio de Portuguezes, se pode fazer hû império, e senhorerar todo o das Amazonas e mais rios. [He capaz de ter grande comercio por mar e por terra, assim como as Indias de Castella, como com o Peru, e com toda a Europa...³³

Da mesma maneira que nos outros relatos não é possível dizer se a expedição

³⁰ ACUÑA, C. op. cit., p. 233.

³¹ ACUÑA, C. op. cit., p. 234.

³² RIBEIRO SAMPAIO, F. X. Relação geographica histórica do Rio Branco da America Portugueza. *Revista Trimestral do Instituto Histórico e Geográfico do Brasil*. Vol. 10, Rio de Janeiro, 1848, p. 206.

³³ HERIARTE, M. Descrição do Estado do Maranhão, Para, Curupa, Rio das Amazonas. In: PAPAVERO, N. op. cit., pp. 258-259.

de Pedro Teixeira, com base no que transcrevemos, “descobriu” o rio Branco, se esteve na sua foz e, muito menos se adentrou nesse rio. Várias são as possibilidades que podem ser levantadas sobre essa questão: é possível que a expedição, ou parte dela, tenha estado ao menos próxima do rio Branco, ou até passado pela sua foz; fica mais difícil uma afirmação sobre terem subido o referido rio. No entanto, é muito provável que tenham recebido informações a respeito do que hoje se denomina rio Branco por meio dos indígenas que estavam tendo contato, questão que nos parece a mais crível. Ou ainda que levantassem suposições tendo em vista que já era corrente, naquele período, as especulações sobre ligações entre a bacia do Amazonas e o Orinoco como atesta Melo-Leitão: “*Vemos que a noção de uma comunicação entre as bacias do Amazonas e do Orinoco era já corrente entre os índios, que certamente amiúde percorriam o Cassiquiare*”³⁴.

Esse mesmo autor, ao fazer referência ao mapa da expedição afirma: “*Aliás o mapa de Bento da Costa, piloto de Pedro Teixeira, embora não dê os nomes, já desenha de modo muito aceitável, não só o rio Negro, como o Branco e os ramos de oeste do Negro, reconhecendo-se o Uapés e o Cassiquiare*”³⁵.

Descrevendo a região ou não; apresentando de modo “aceitável” ou apenas cogitando sobre o acesso ao rio Branco, o fato é que foi com base nesses registros, sobretudo no relato de Acuña, que muitos escreveram posteriormente afirmando sobre a presença portuguesa na região. E, desse modo, remetendo o “descobrimento” da mesma à expedição de Pedro Teixeira, que servirá como um marco de tal presença. Essa questão do “marco” é que nos parece a mais emblemática, no sentido de justificar a presença portuguesa na região.

Não pudemos identificar, até o momento, quando o rio Branco aparece de fato nas crônicas e documentação portuguesa sobre a região. Rezende apresenta um quadro onde cita petição da Câmara de Belém, em 1692, e o atendimento da mesma, em 1693, para mais missionários no rio Branco, já com esse nome, embora não identificamos tal documento³⁶.

Berredo, escrevendo no início do século XVIII, afirma:

Sessenta léguas mais abaixo do Yanapuári, quatro graus ao Norte, desemboca o grande rio Negro (onde temos hoje uma fortaleza), comunicando já com outro caudaloso, chamado Branco (que confina com Suriname, Colônia Holandesa), povoados ambos de muitas nações de gentilismo, e algumas delas missionadas pelos Religiosos de Nossa Senhora do Monte do Carmo...³⁷.

³⁴ MELO-LEITÃO, C. op. cit., nota 7, p. 96.

³⁵ MELO-LEITÃO, C. op. cit., p. 250.

³⁶ REZENDE, Tadeu V. F. A *A conquista e a ocupação da Amazônia Brasileira no período colonial: a demarcação de fronteiras*. 20063. Tese [Doutorado em História] Universidade de São Paulo, São Paulo, p. 123.

³⁷ BERREDO, B. *Annaes históricos*. Florença, Typographia Barbèra, 1905, p. 290.

É importante observar que Berredo fez essas colocações no contexto de sua narrativa sobre a expedição de Pedro Teixeira, embora não acrescentasse nenhuma outra informação, como o fez em várias outras passagens, corrigindo alguns nomes de rios que Acuña cita ou apresentando outras informações com base no texto do padre Samuel Fritz.

Segundo Nádía Farage, “os documentos relativos ao Branco datam já do século XVIII, tornando-se mais fartos a partir dos anos 30”³⁸. Nesse contexto, referências ao rio Branco irão aparecer nos relatos dos viajantes do século XVIII, de forma passageira em La Condamine e de Padre Daniel, que não estiveram na região, e mais detidamente nos relatos de quem esteve no rio Branco: Ribeiro de Sampaio, Rodrigues Ferreira e Lobo d’Almada, aqui apresentados.

La Condamine empreendeu sua viagem a partir de 1735 e tinha por objetivo “responder ao seguinte questionamento: seria a terra uma esfera ou um esferóide achatado nos pólos?”³⁹. Estaria, sua expedição, inserida dentro das expedições consideradas científicas, já própria dos setecentos. Sobre o rio Branco, La Condamine se utiliza das informações de Nicolas Horstmann, holandês, que por ali passara em 1740: “Depois de ter atravessado lagos e vastos campos, ora arrastando, ora carregando a canoa, com trabalhos e fadigas incríveis, e sem ter nada achado do que buscava, chegou enfim a um rio que corre para o sul, e pelo que desceu para o rio Negro, chegando do norte. Os portugueses lhe chamaram rio Branco, e os holandeses de Essequibo o denominaram Parima”⁴⁰.

Embora tivesse conhecimento da viagem de Pedro Teixeira, bem como do relato de Padre Acuña, o autor não faz referência a navegação destes pelo rio Branco, coisa que, aliás, La Condamine também não fez. Digno de nota é que no seu relato há “uma pequena carta do curso do Amazonas... enquanto não posso dar uma maior e mais minuciosa”⁴¹. Nessa carta aparece o rio Branco já com essa denominação.

Padre João Daniel tece um comentário mais breve ainda, quando faz a descrição no *Tesouro Descoberto no Máximo Rio Amazonas*, sobre sua vivência na região entre os anos de 1741 e 1757, que escreve depois que foi expulso do país, já em Portugal, provavelmente entre 1757 e 1783⁴²: “Deságua neste rio Negro o rio Branco da parte de leste com curso totalmente contrário ao Amazonas... Por este rio Branco contratam os holandeses de Suriname com os índios do rio Negro”⁴³. Portanto, sua menção aqui é tão somente para reforçar o fato de que, efetivamente, no século XVIII esta terminologia

³⁸ FARAGE, Nádía. *As muralhas dos sertões: os povos indígenas no rio Branco e a colonização*. Rio de Janeiro, Paz e Terra; ANPOCS, 1991, p. 56.

³⁹ ROSSATO, L. *A lupa e o diário: história natural, viagens científicas e relatos sobre a Capitania de Santa Catarina (1763-1822)*. Itajaí, UNIVALI, 2007, p. 38.

⁴⁰ LA CONDAMINE, C. M. *Viagem na América Meridional descendo o rio das Amazonas*. Brasília, Senado Federal, 2000, p. 93.

⁴¹ *Ibidem*, p. 33.

⁴² SALLES, V. Apresentação. In: DANIEL, J.. *Tesouro Descoberto no máximo rio das Amazonas*. Vol. I. Rio de Janeiro, Contraponto, 2004, p. 11.

⁴³ DANIEL, J. op. cit., p. 53.

já era comumente empregada bem como certa sua localização e as ligações que seriam permitidas a partir dele.

Quem vai tratar da região com maior cuidado será Ribeiro de Sampaio, funcionário colonial, correspondente no Brasil da Academia de Ciências de Lisboa, “*formado em leis e atuava como juiz-de-fora e procurador da capitania do Pará*”⁴⁴, e depois como ouvidor da capitania de São José do Rio Negro.

Ribeiro de Sampaio escreve um capítulo especificamente para tratar do “*Descobrimento do Rio Branco pelos portugueses*”. Depois de algumas observações sobre a presença portuguesa no rio Negro, inclusive apresentando alguns problemas com as datas, o autor trata da Relação de Acuña para afirmar que “*o Rio Branco era conhecido pelos portugueses no ano de 1639*”. Afirma também que se o “*padre Cunha não fala positivamente no Rio Branco, é porque o equivoca com o Uaranacué, próximo e comunicado ao Branco*”⁴⁵. E para comprovar sua afirmação apresenta uma citação que, segundo ele, Acuña faz no capítulo 65 de sua Relação: “*Os últimos são os Uaracuacenas, que habitam um braço do Rio Negro, e que por esse braço como fomos suficientemente informados, e que se pode passar ao rio chamado Grande, que desemboca no mar do Cabo do Norte, e junto do qual se estabeleceram os holandeses*”⁴⁶.

Nas versões que dispomos da Relação não há no capítulo 65 tal citação mencionando o rio Uaranacué, embora haja uma citação semelhante a essa que transcrevemos anteriormente. De qualquer forma, Ribeiro Sampaio a utiliza com o firme propósito de garantir a presença portuguesa na região que, senão se efetiva naquele momento, acontecerá algumas décadas depois, ao menos esporadicamente:

Se a vista dos fatos pressupostos podemos seguramente afirmar que o conhecimento do Rio Branco foi notório aos portugueses no ano de 1639 e 1655, e que o seu inteiro descobrimento foi pelos mesmos alcançados pelo de 1670 ou 1671, quando se adiantou o do Rio Negro; me persuado que ninguém poderá duvidar⁴⁷.

Na sequência, apresenta o autor os motivos de tal empreitada: “*a política, que empregaram os portugueses no descobrimento das vastas regiões d’esta parte da América, foi conhecer as nações e propor-lhe logo a sujeição portuguesa e a religião católica*”⁴⁸. Para tanto, os portugueses vão dispor dos mesmos mecanismos utilizados nas outras regiões do país: “*redução de índios à sujeição portuguesa, comércio de índios escravos, colheita de drogas e pescarias, fez necessária e conveniente a seguida descoberta do Rio Branco*”⁴⁹.

⁴⁴ RAMINELLI, R. *Viagens ultramarinas: monarcas, vassalos e governo a distância*. São Paulo, Alameda, 2008, p. 173.

⁴⁵ RIBEIRO SAMPAIO, F. X. op. cit., p. 206.

⁴⁶ Ibidem, p. 205.

⁴⁷ Ibidem, p. 206.

⁴⁸ Ibidem, p. 206.

⁴⁹ Ibidem, p. 207.

E assim, o rio Branco definitivamente faz parte do domínio português o que “ninguém poderá duvidar” e, como tal, essa região se insere dentro das possibilidades que lhe seriam atribuídas, pois além de garantida sua posse para Portugal, esta deveria corresponder com o que era valioso para a época: índios e as drogas do sertão. Tanto para a posse quanto para que, em decorrência dessa, pudessem os portugueses proceder as reduções dos indígenas e a coleta das drogas do sertão, era necessária não somente garantir tal presença na região como torná-la legítima e, para tanto, quanto mais retrocedesse no tempo, mais se garantia o território como pertencente aquele país. Daí a importância que a expedição de Pedro Teixeira vai tomando.

É importante relacionar a viagem de Ribeiro de Sampaio, assim como as demais que analisaremos a seguir, dentro do contexto das Comissões Demarcadoras de Limites. Sem ser o escopo do presente artigo, não podemos deixar de mencionar que essa região encontrava-se ainda sem seus limites determinados. Após a assinatura dos tratados de Madri e de Santo Ildefonso, não havia ainda o estabelecimento dos marcos de demarcação, sendo a área pleiteada por Portugal e contestada pela Espanha. O instrumento do *uti possidetis*, referendado nos tratados, seria utilizado pelos portugueses para valer seu direito as terras, reconhecendo não apenas a presença portuguesa na área como reivindicado tal presença no longínquo ano de 1639.

De igual modo, a expedição que trataremos na sequência, comandada por Alexandre Rodrigues Ferreira, foi a primeira expedição filosófica organizada e patrocinada por Portugal a qual foi atribuída tantas tarefas que “certamente prejudicou um tratamento mais científico e aprofundado da natureza amazônica”⁵⁰. Tal expedição estava inserida dentro de propósitos maiores que correspondiam a interesses diversos, não apenas no Brasil mas também em outras colônias portuguesas. Assim, afirma Emílio Goeldi,

O Ministro e Secretário de Estado, Martinho de Melo e Castro, persuadido da necessidade que tinha o Governo de conhecer as riquezas naturais ainda em grande parte escondidas no solo do Brasil, ordenou ao Dr. Domingos Vandelli que lhe propusesse um indivíduo, que as precisos conhecimentos juntasse as outras qualidades necessárias para empreender uma viagem filosófica e colher dela tais resultados, que preenchessem cabalmente as intenções do Governo⁵¹.

É assim que Alexandre Rodrigues Ferreira parte para a sua longa viagem, realizada entre os anos de 1783 e 1792, cobrindo grande parte da região norte do país. Em 1786, a partir de Barcelos, a expedição chega ao vale do rio Branco, percorrendo-o durante dois meses. Além de tratar da flora e da fauna, o autor fará importantes descrições sobre os povos indígenas existentes na região.

No que concerne ao rio Branco, interesse maior desse texto, escreve o autor:

⁵⁰ RAMINELLI, R. op. cit., p. 104.

⁵¹ GOELDI, E. *Alexandre Rodrigues Ferreira*. Brasília, Editora UnB, 1982, p. 27.

Acho escrito, que os Tapuyas o chamam Queceuene: a cor de suas águas é branca, em contraposição da do Rio Negro, onde deságua pela margem setentrional: por esta razão lhe dão os Portugueses o nome de Rio Branco. Com este nome o especifica o Analista do Estado, quando escreve no Livro X dos seus Anais Históricos, a viagem do Capitão Mor Pedro Teixeira ao Quito, e a volta para o Pará, pelos anos de 1639, e no §728 continua assim [cita Berredo, o mesmo trecho já transcrito acima]... Tão distinto era já o conhecimento, e o trato que havia deste rio, quando governou o Estado, aquele benemérito General, desde que do seu Governo tomou posse no ano de 1718. Por ele navegarão sempre os Portugueses, ainda que muito mais particularmente o fizeram desde o ano de 1740⁵².

Nesse momento, Rodrigues Ferreira não enfatiza os escritos de Acuña, senão os de Berredo e, ainda que trate da posse da região para Portugal desde a expedição de Pedro Teixeira, afirma ser esta presença mais efetiva por meados do século seguinte, quando registra “*ainda que mais particularmente o fizeram desde o ano de 1740*”⁵³. Assim, mesmo que indiretamente, Ferreira corrobora com o “descobrimento” da região em 1639, deixando para enfatizar uma presença mais efetiva um pouco mais adiante.

Há que se enfatizar que, embora Alexandre Rodrigues Ferreira estivesse incumbido de muitas outras atividades para além das suas atribuições de pesquisador, com certeza os objetivos eram diversos dos que tivera Lobo d’Almada, que esteve na região um ano após a expedição de Rodrigues Ferreira, conforme assinala Nádía Farage:

Sua expedição ao Branco não se confunde com a atividade dos comissários das demarcações com a Espanha, missão de que oficialmente veio a se incumbir Manoel da Gama Lobo D’Almada um ano depois, mas a corroborava: era tarefa do naturalista avaliar o potencial econômico daquelas terras cuja ocupação ainda estava por consolidar⁵⁴.

De toda forma, as questões relacionadas à posse das terras ainda eram latentes e, mais uma vez, era necessário não só garanti-la, naquele momento, como demonstrar a sua longevidade. Não pode passar despercebida a tentativa dos espanhóis em expandir suas conquistas para o rio Branco lançando expedições a partir da bacia do Orinoco, poucos anos antes das viagens de Ribeiro de Sampaio, Rodrigues Ferreira e Lobo d’Almada. Ou seja, suas narrativas foram escritas a partir de um contexto bastante tumultuado e de imprecisão com relação aos limites confinantes.

⁵² RODRIGUES FERREIRA, A. Tratado histórico do Rio Branco. In: AMOROSO M. R. ; FARAGE, N. op. cit., p. 97.

⁵³ Idem.

⁵⁴ Ibidem, p. 75.

Uma vez não estando determinados esses limites, sabiam os portugueses que se ocorressem novas contestações muito provavelmente seriam levados em consideração as áreas já ocupadas pelas coroas até o momento da negociação, como ocorrera em 1750 e em 1777, nos tratados assinados em Madri e Santo Ildefonso, respectivamente.

Nesse sentido, era importante aos funcionários coloniais que escreviam após o avanço espanhol comprovar a antiguidade da presença portuguesa na região. E, desse modo, se explicaria a necessidade de recuar até os relatos de Acuña, tendo em vista que essa presença e direito de posse português eram constantemente contestados. Contestação esta apresentada já no século XVII, como se pode perceber por ocasião da viagem de Samuel Fritz, “*opositor pugnaz ao avanço dos Portugueses*”⁵⁵, ao Pará, realizada a partir de 1689.

Fritz colocava em seu diário os avanços que os portugueses estavam empreendendo em terras espanholas e questionava a referência portuguesa à expedição de Pedro Teixeira que havia tomado posse da região em nome da Coroa portuguesa. O contexto das discussões de Fritz estava relacionado às disputas pela região do rio Solimões e, em seu diário, não se observa referência ao rio Branco. Mesmo no seu *Mapa del Rio Marañon o Amazonas*, o que foi identificado posteriormente como sendo o rio Branco, como afluente do rio Negro, está indicado apenas pela etnia, *Caripunas*.

Voltando ao século XVIII, as discussões sobre a posse da terra estavam muito mais evidentes. Assim, no relato de Lobo d’Almada, aparecem uma série de documentos “*relativos às pretensões dos espanhóis sobre o rio Branco; e ao direito de Portugal e este rio, e seus confluente*”⁵⁶. Nessa documentação é apresentado o interesse da Espanha à região e questionado, por parte da Espanha, o direito de Portugal a tais domínios. É interessante perceber que a ênfase de Lobo d’Almada sobre a ocupação portuguesa no rio Branco será a partir dos escritos de Berredo, quando afirma em nota que,

Portugal tem direito tão antigo a este território, que já o Exm^o Bernardo Pereira de Berredo que governou o estado do Pará pelos anos de 1718 em diante, cita nos seus Annaes Históricas, o rio Branco comunicado com o rio Negro nas partes do domínio de Portugal: tendo já naquele tempo o referido o autor conhecimento tão certo do rio Branco, que na mesma História diz, que ele confina com a colônia holandesa de Surinam⁵⁷.

Em se tratando dos trabalhos que Lobo d’Almada estava desenvolvendo poderia ser estranho não se utilizar mais da expedição de Pedro Teixeira. Talvez justamente por não citar o nome do rio, questão que aparecerá muito claramente no

⁵⁵ GARCIA, Rodolfo. Introdução e notas ao diário do Padre Samuel Fritz [1912]. In: PINTO, Renan (Org.). *O diário do padre Samuel Fritz*. Manaus, EDUA;FSDB, 2006, p. 16.

⁵⁶ ALMADA, L.. Descrição relativa ao Rio Branco e seu território. *Revista Trimestral do Instituto Histórico e Geográfico do Brasil*. Tomo XXIV, Rio de Janeiro, 1861, p. 632.

⁵⁷ Idem, p. 636.

texto de Berredo, e frente aos incisivos questionamentos dos espanhóis, o relato de Acuña poderia não atender as finalidades.

Para as pretensões desse texto, o mais importante é ressaltar que, ainda que não fique claro nos textos de Acuña, Teixeira, Rojas e Heriarte, qualquer menção ao rio Branco com esse nome ou um maior detalhamento sobre seu conhecimento, ainda com outro nome, a essa expedição será atribuída a “descoberta” desse rio. Assim o fazem os cronistas que escreveram no século XVIII, em um contexto bastante específico no que diz respeito as discussões de limites entre Portugal e Espanha, haja vista os tratados de Madri e de Santo Ildefonso. E isso é latente mesmo quando se utilizam mais diretamente do texto de Berredo, uma vez que será tendo como fundo a expedição de Pedro Teixeira.

Assim o faz, também, a historiografia corrente, que, com maior ou menor ênfase, coloca tal expedição como marco da presença portuguesa na região. Dos trabalhos dos memorialistas aos textos acadêmicos, essa presença terá seu espaço garantido.

Escrevendo sobre esse empenho “*em justificar a antiguidade da posse do Branco*”, sobretudo por Ribeiro Sampaio e Joaquim Nabuco⁵⁸, afirma Nádia Farage: “*Há nessa linha de argumentação um certo ilusionismo retórico. Não seria decerto equivocado deduzir a exploração do rio Branco desse período em que os portugueses começaram a vasculhar o vale do rio Negro e seus afluentes, mas trata-se apenas de uma dedução lógica, carente de documentação que a comprove*”⁵⁹.

Com ou sem comprovação o fato é que a expedição de Pedro Teixeira teve uma grande importância para as pretensões de Portugal na região, uma vez que, “*a expedição não se tornou apenas um ícone na história das explorações, foi também em decorrência dela que a maior parte da região amazônica e praticamente todo o curso principal do rio passariam a fazer parte do império colonial português e, posteriormente, do território federal brasileiro*”⁶⁰.

É importante observar que, na sequência da expedição, os principais autores que fizeram menção a ela como “descobridora” do rio Branco foram pessoas ligadas a Portugal e as demarcações de fronteiras, ou seja, autores que tinham interesse em comprovar a presença portuguesa na região em tempos mais remotos. Mais uma vez, não podem ser esquecidos os embates, principalmente entre Espanha e Portugal, pela posse da região, sobretudo no século XVIII. E a defesa, apresentada por Portugal em “*dar à ocupação real da terra o valor da propriedade justa*”, ou seja, “*atribuir à ocupação de fato o valor de direito*”⁶¹.

⁵⁸ Por se tratar de outro período e outras finalidades não trabalharemos aqui o material de Nabuco sobre essa questão, embora já adiantamos a importância que a expedição terá em seus relatos na argumentação sobre as questões de limites com a Inglaterra. Cf. NABUCO, J. op. cit.

⁵⁹ FARAGE, N. op. cit., p. 56.

⁶⁰ REZENDE, T. V. F., op. cit., p. 76.

⁶¹ CORTESÃO, J. *Alexandre de Gusmão & o Tratado de Madrid*. Tomo II. São Paulo: Imprensa Oficial, 2006, p. 264 e 285.

Deste modo, o episódio de ter ou não a expedição de Pedro Teixeira estado no rio Branco resulta em uma questão de importância relativa, visto que os usos que se fizeram deste episódio para os propósitos de posse foram mais importantes do que o fato em si. Voltando a Bloch, a necessidade de justificar torna-se a *obsessão da origem* que, mesmo não explicando, remete a uma filiação⁶².

Assim, mesmo não havendo nenhuma menção ao rio Branco nos quatro relatos produzidos a partir da expedição, ou qualquer indicação que atestasse o conhecimento deste rio pelos integrantes da referida expedição, a importância que esta obteve nos relatos futuros como legitimadora da posse portuguesa a região foi intensa, prevalecendo como o “marco de origem”.

Por fim, é importante enfatizar, mais uma vez, a conjuntura em que estavam inseridos os relatos, sobretudo da segunda metade do século XVIII, para que esse “marco de origem” faça sentido e seja referenciado.

Artigo recebido em 27 de agosto de 2013.

Aprovado em 10 de janeiro de 2014.

⁶² BLOCH, M. op. cit., p. 90-92.